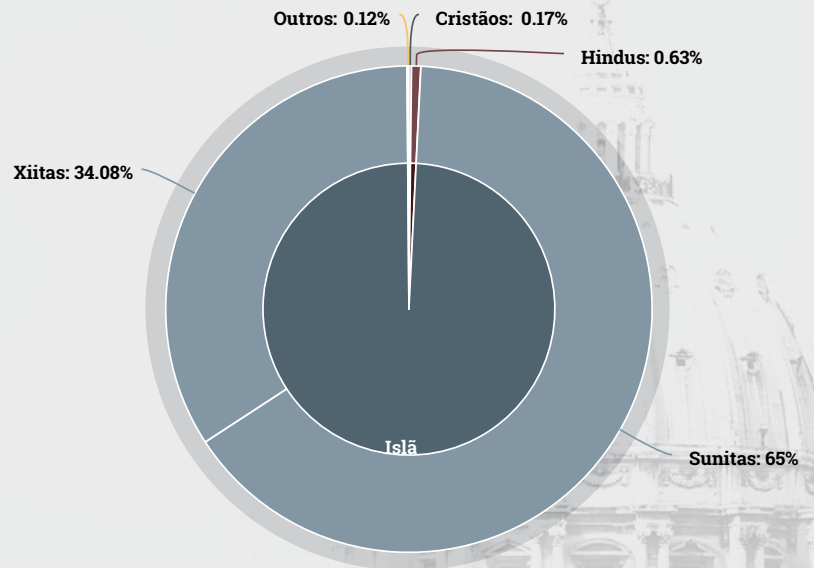


# lêmen



## ANTECEDENTES

O Iêmen é uma república com uma Constituição que prevê um presidente, um Parlamento e um poder judicial independente. O presidente é também o comandante-chefe das forças armadas. Nos últimos anos, diferentes grupos da sociedade, xiitas, sunitas, jihadistas e combatentes tribais, se envolveram frequentemente em conflitos, deixando o país mais pobre do Oriente Médio em permanente situação de guerra civil.

O Parlamento, que tem 301 lugares, é eleito por um mandato de seis anos. Desde a unificação do Iêmen do Norte com o Iêmen do Sul em 1990, ocorreram três eleições para o Parlamento: 1993, 1997 e 2003. As eleições previstas para 2009 não ocorreram por causa de uma disputa sobre a reforma da lei eleitoral. Desde 1999, o chefe de Estado tem sido eleito em eleições diretas. O antigo presidente Ali Abdullah Saleh deixou o cargo em 2012. No seu lugar, Abd Rabbuh Mansur Hadi, o único candidato de consenso, foi eleito por um período transitório de dois anos para formar um Governo de unidade nacional. Rebeldes xiitas houthi do antigo Iêmen do Norte, apoiados pelo antigo presidente Saleh, realizaram uma tomada do poder armada contra o Governo em 2014. Hadi se demitiu em janeiro de 2015 e fugiu para Aden. Conseqüentemente, os rebeldes tomaram o palácio presidencial.<sup>[1]</sup>

Em março de 2015, uma coligação militar liderada por sauditas interveio no Iêmen para travar os rebeldes, fazendo-o com o apoio dos Estados Unidos, Egito, Emirados e França. Apesar de um acordo de cessar fogo em abril de 2016, os combates entre tropas governamentais e rebeldes houthi continuam, com dezenas de pessoas mortas.<sup>[2]</sup> Abdulmalik Al-Houthi, o líder houthi, e Ahmed Ali Abdullah Saleh, filho do antigo presidente, foram alvo de uma proibição de viajar pela União Europeia e do congelamento de bens. Estas sanções surgiram como reação às suas ações, que foram vistas como prejudiciais para a paz e a estabilidade no Iêmen. Dois outros houthis e o antigo Presidente Ali Abdullah Saleh têm estado sujeitos a estas sanções desde dezembro de 2014.<sup>[3]</sup>

Organizações de ajuda humanitária internacional descreveram a situação no Iêmen como crítica e apelaram repetidas vezes à paz. De acordo com um relatório conjunto de dezesseis ONG de abril de 2016, 6.610 iemenitas foram mortos desde o início da intervenção militar e 2,75 milhões de pessoas fugiram. Cerca de 82% da população do país depende de ajuda humanitária e cerca de 25% da população está sob ameaça de fome iminente.<sup>[4]</sup> As organizações de ajuda humanitária também relatam uma situação de segurança deteriorada, com vários incidentes incluindo ataques a membros do pessoal e sequestros.<sup>[5]</sup>

[2] [http://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2016-04/yemen\\_21.php](http://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2016-04/yemen_21.php)

[3] <http://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2015/06/08-yemen-un-sanctions/>

[4] <http://oxf.am/Z7ZT>; <https://www.care.de/meldungen/meldung/News/detail/jemen-waffenstillstand-muss-halten-oder-tausende-mehr-werden-sterben/>

[5] <https://www.icrc.org/en/document/yemen-icrc-staff-abducted-sanaa>; <http://www>

[1] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252937#wrapper>

Cinco sacerdotes salesianos estavam no lêmén, mas três fugiram do país e, no momento em que escrevemos, a Igreja Católica tem ao seu serviço dois sacerdotes, embora um deles tenha sido sequestrado, não havendo qualquer notícia sua desde março de 2016. Existem também duas congregações femininas.

## DISPOSIÇÕES LEGAIS

A Constituição de 1994 declara o país como um estado árabe, islâmico e independente (artigo 1º) em que o Islamismo é a religião do Estado (artigo 2º). O artigo 3º afirma que “a lei islâmica é a fonte de toda a legislação”. Nem a Constituição, nem outras leis protegem a liberdade religiosa, mas a liberdade de pensamento é protegida “dentro dos limites da lei” e a Constituição declara adesão à lei internacional de direitos humanos. O proselitismo é proibido, bem como a conversão do Islamismo a outra religião. Também é proibido ridicularizar a religião. Os edifícios das mesquitas e de outros locais de culto precisam de aprovação, mas não há relatos de negação de aprovação para locais de culto não muçulmanos. Os clérigos não muçulmanos estão autorizados a usar vestuário litúrgico, e os serviços e liturgias não muçulmanos são permitidos. A educação religiosa islâmica é obrigatória nas escolas públicas, mas não nos estabelecimentos educativos privados. Outras formas de educação religiosa não são disponibilizadas nas escolas públicas. Recentemente, o Governo transitório tornou mais fáceis algumas restrições a várias práticas religiosas e de expressão religiosa, incluindo o levantamento de uma proibição de comemorações públicas dos dias sagrados xiitas de Ashura e Ghadir. A comemoração pública dos dias sagrados xiitas resultou ocasionalmente em confrontos com grupos sunitas.<sup>[6]</sup>

O Governo no exílio reconhecido internacionalmente foi enfraquecido pela tomada de poder houthi e ficou sem capacidade para aplicar leis contra os abusos dos direitos humanos. De acordo com o relatório de direitos humanos de 2015 do Departamento de Estado Norte-Americano, isto resultou em vários abusos de direitos humanos, como por exemplo mortes arbitrárias, desaparecimentos, sequestros e outros tipos de violência cometidos por vários grupos. O relatório também apresenta uma lista de infrações aos direitos privados dos cidadãos e limites à liberdade de expressão, imprensa, assembleia, associação, religião e movimento.<sup>[7]</sup>

dahw.de/presse3/aktuelle-pressemitteilungen/entfuehrte-aerzte-in-jemen-sind-wieder-frei

[6] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238486>

[7] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252955>

## INCIDENTES

Três cristãos evangélicos alemães, dois trabalhadores de cooperação para o desenvolvimento e o seu filho, foram mortos em setembro de 2014, cinco anos após serem sequestrados.

Em dezembro de 2015, terroristas desconhecidos explodiram a Igreja da Imaculada Conceição, no distrito de Mualla, em Aden. A igreja católica abandonada, construída durante a época colonial britânica, na década de sessenta, já estava seriamente danificada após um ataque aéreo da coligação de liderança saudita em maio.<sup>[8]</sup>

Em março de 2016, combatentes islamitas mataram dezesseis pessoas, incluindo quatro Irmãos da Caridade de Ruanda, da Índia e do Quênia, num ataque a um lar de idosos cristão. Um sacerdote salesiano sequestrado, de origem indiana, está também desaparecido desde este ataque.<sup>[9]</sup> O Bispo Paul Hinder, Vigário Apostólico da Arábia do Sul, avisou numa entrevista ao Boletim Austríaco da Igreja Católica que em breve seria possível contar os cristãos que sobravam no lêmén “nos dedos de uma mão”.<sup>[10]</sup> Desde o ataque, a vida litúrgica nas quatro paróquias do lêmén ficou quase paralisada. Após a tomada do poder houthi, representantes da comunidade cristã relataram um aumento do escrutínio, com os cristãos sendo mais discretos para não atraírem atenção.<sup>[11]</sup>

Israel evacuou um grupo de dezenove judeus em meados de março de 2016 numa missão secreta, deixando cerca de cinquenta judeus no lêmén, vivendo majoritariamente num complexo fechado em Sanaa, segundo a Agência Judaica. Desde a criação de Israel, cerca de 51 mil judeus iemenitas foram levados para Israel, quase todos nos anos 1949 e 1950.<sup>[12]</sup>

De acordo com um relatório da *Human Rights Watch*, um membro da fé bahá'í, detido desde dezembro de 2013, enfrenta a pena de morte. Na acusação, o procurador acusou Hamed Kamal Muhammad bin Haydara, no âmbito do código penal do lêmén, entre outros crimes, de insultar o Islã e cometer apostasia.<sup>[13]</sup>

Em 2015, extremistas islâmicos filiados ao grupo autodenominado Estado Islâmico (EI) reivindicaram a responsabilidade de uma série de ataques às mesquitas xiitas de filiação houthi.<sup>[14]</sup>

[8] <http://www.reuters.com/article/us-yemen-security-idUSKBN0T51D220151209>

[9] <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-35735947>

[10] <http://www.kirchenzeitung.at/newsdetail/rubrik/es-gibt-kaum-mehr-christen-im-jemen/>

[11] <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238486>

[12] <http://mfa.gov.il/mfa/israelexperience/people/pages/the-historic-end-of-aliyah-from-yemen-21-mar-2016.aspx>; <http://www.jewishagency.org/blog/1/article/46201>

[13] <https://www.hrw.org/news/2016/04/01/yemen-bahai-adherent-faces-death-penalty>; <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dliid=238486>

[14] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252955>

# PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

---

Apesar das tentativas do Governo transitório de aliviar as restrições e prever direitos iguais independentemente da raça, sexo, língua, crença ou deficiência, o Governo no exílio não conseguiu fazer aplicar o estado de direito no país. A discriminação manteve-se como problema grave. Os houthis recusaram aprovar uma proposta de Constituição concluída em janeiro de 2015.<sup>[15]</sup> O conflito em curso está colocando a coesão da sociedade em risco, e torna o diálogo ao nível nacional muito difícil. O Iêmen também se tornou uma base para grupos radicais islâmicos o que acrescenta à instabilidade no país.<sup>[16]</sup> Os combates contínuos e as elevadas tensões no país continuam sendo uma causa de preocupação em relação à liberdade religiosa.

---

[15] <http://www.state.gov/j/drl/rls/hrrpt/humanrightsreport/index.htm?year=2015&dliid=252955>

[16] <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-14704852>